

Último dia de Conexidades em São Sebastião tira dúvidas sobre Eleições 2024 e regras do TSE

No último dia de painéis do 7º Conexidades, que aconteceu em São Sebastião desde a terça-feira (4), especialistas em direito eleitoral se reuniram para um bate-papo sobre as Eleições Municipais e as Novas Regras do Tribunal Superior Eleitoral - TSE. O painel, mediado pela Presidente e Fundadora do Grupo VOTO, Karim Miskulin, funcionou como um “tira-dúvidas” sobre alguns dos temas mais relevantes para os agentes públicos que serão candidatos neste pleito.

Para conversar sobre o assunto, estiveram presentes: Paulo Hamilton, Pós Doutor pela USP, Doutor pela PUC-SP e Ex-Juiz do TRE-SP, Amilton Augusto, Advogado Especialista em Direito Eleitoral e Arthur Rollo, Advogado, Doutor pela PUC-SP e Professor de Direito Eleitoral.

Karim destacou a importância de se saber as novas regras do TSE frente ao atual cenário polarizado e permeado por fake news. “Nossa democracia, esse mecanismo vibrante e poderoso, tem enfrentado uma corrosão nas últimas décadas exigindo constante aprimoramento do nosso processo eleitoral. A estabilidade democrática é essencial para garantir a estabilidade jurídica”, comentou.

A mediadora lembrou também a necessidade de se ter a implementação da cidadania inclusiva, priorizando o atendimento eleitoral eficaz, e partiu para o primeiro tema de destaque, que questionou aos participantes sobre as principais inovações para as eleições de 2024.

O primeiro a comentar o assunto foi Paulo Hamilton, que afirmou que democracia deve ser implementada e preservada, de acordo com a Constituição de 1988. Portanto, a luta pelo poder é algo legítimo dentro do estado democrático de direito.

“Mas essa disputa de poder precisa ser realizada de acordo com as regras do jogo. Sob o manto protetor do direito eleitoral”. Segundo ele, para garantir que as eleições ocorram normalmente, o microsistema político traz o direito eleitoral para regular a organização dos direitos políticos”.

Falou também da Lei da Ficha Limpa, a qual os agentes públicos devem conhecer a fundo para verificar a questão das inelegibilidades.

Sobre o momento atual das regras eleitorais, Hamilton colocou em evidência alguns pontos que devem ser levados em consideração, tais como: a propaganda eleitoral irregular e as condutas vedadas, ou uso da máquina pública, o uso das redes

sociais e das mídias de rádio e tv, e os prazos de campanha, que atualmente estão reduzidos.

Explanou sobre a contrapropaganda eleitoral, apontando-a como algo importante. “A propaganda é legítima. A propaganda é importante. Mas entendo também que é legítima a contrapropaganda. Eu vou falar mal do meu adversário, dentro de um limite ético e dentro da verdade. Eu não posso falar mentiras, eu não posso criar fake news”.

Já os advogados Amilton Augusto e Arthur Rollo, em suas respostas, reforçaram a questão dos prazos de campanha e a necessidade de estar ciente do que se pode fazer ou não durante os 45 dias permitidos pela regra, assim como na pré-campanha.

“Todos nós que temos redes eleitorais estamos sujeitos a representações eleitorais”, salientou Rollo, lembrando o que deve ser evitado.

Questionados a questão de como a legislação atua para preservar a opinião, mas também coibir as fake news, os participantes lembraram que é importante ter a avaliação de até onde vai seu direito à intimidade e à liberdade de informação. “O limite é o fato verdadeiro”, disse Hamilton.

Em relação às notícias falsas, Amilton Augusto explicou que grupos de WhatsApp, por exemplo, são entendidos como uma reunião fechada. Porém, é preciso tomar cuidado com as proporções do que uma informação pode tomar.

E Rollo complementou: “é importante divulgar a verdade, não ridicularizar ninguém, usar o WhatsApp na campanha para pedir voto, antes disso, fazer uma divulgação. Montar uma base de apoio, respeitar também a Lei de Proteção de Dados. Usar com parcimônia, com cuidado e moderação e cuidado com notícias bombásticas que vocês compartilhem”.

Tecnologia nas cortes

Questionado sobre a situação atual das cortes em termos tecnológicos, Arthur Rollo afirmou que a justiça eleitoral está preparada. Inclusive para lidar com as notícias contra ela própria e sobre a segurança das urnas eletrônicas. “A urna eletrônica pode não ser perfeita, ela vem sendo aperfeiçoada a cada eleição. Mas é um instrumento seguro sim, até hoje não existe prova em sentido contrário”.

Já Augusto ressaltou que é importante ter em mente que tecnologias de Inteligência Artificial como deep fake não serão permitidas, seja em benefício próprio ou para prejudicar outro candidato.

Fraudes e questão de gênero

Amilton Augusto também destacou em sua fala uma questão da cota de gênero, dizendo que é preciso respeitar a legislação. Falando diretamente com o público feminino, deixou um conselho: “mulheres, não aceitem ser usadas como tapa-buraco de uma candidatura, nem em uma eventual dobrada.”.

Realização: Multiplicidades; Correalização: UVESP e Prefeitura de São Sebastião;
Curadoria: Conexão Municipalista; Patrocínio: OM30, Senac, Chemicatti Advogados, Itaú, FDE, Sabesp e Prodesp.

Mais informações em: conexidades.com.br

Contatos para a imprensa:

Cláudio Oliva - claudio@assimptur.com.br

Claudia Costa - jornalismo@assimptur.com.br

Eliria Buso - imprensa@assimptur.com.br

(11)4329-6532